

O DESENVOLVIMENTO DA CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES ORGÂNICOS NO BRASIL

Renato Santos de Souza¹

Flávia Muradas Bulhões²

Resumo

Este artigo apresenta o resultado de um estudo sobre o modelo de certificação para produtos alimentares orgânicos brasileiro, com ênfase na forma como se desenvolveu e nas diferentes concepções subjacentes a ele. Por meio dessa pesquisa procurou-se analisar as estruturas existentes, suas similaridades e divergências, histórico do processo, normatização, modelos tecnológicos e concepções ético-ideológicas subjacentes.

A metodologia adotada é baseada na pesquisa qualitativa, utilizando o Estudo de Caso como desenho de pesquisa, baseando-se em múltiplas fontes de informação, principalmente em entrevistas com informantes qualificados (28 entrevistados de 25 diferentes organizações) e análise de material informativo das diversas organizações envolvidas neste tema.

A certificação ambiental para produtos orgânicos apresenta uma similaridade básica que é a busca da incorporação da questão ambiental no sistema de comercialização. Para tanto, as diferentes correntes que abordam a questão buscaram colocar seus preceitos básicos em prática, formando uma rede de princípios e critérios (objetivos e subjetivos) que permitiria a avaliação de quem está ecologicamente adequado. O que existe de similar é a crítica ao modelo convencional, mas, a partir deste ponto comum, formam-se diferentes trajetórias. As diferenças incluem os seguintes aspectos: mérito da certificação (há uma divergência entre as diferentes organizações que trabalham na agricultura de base ecológica quanto ao mérito da certificação), método de avaliação, credibilidade, credenciamento, custos, público alvo e inserção em

1 Professor da Universidade Federal de Santa Maria. Endereço: Rua Tuiuti, nº 867/204 , Bairro Centro, CEP 97015-661 – Santa Maria (RS). E-mail: cgmsilva@terra.com.br

2 Técnica da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul. Endereço: Rua João A. Zampieri, nº 435, Bairro Camobi, CEP 97.105-490 – Santa Maria, RS. E-mail: fmbulhoes@via-rs.net

mercados locais, regionais, internacionais e no chamado “mercado justo” ou “mercado solidário”.

Estas divergências geraram controvérsias no desenvolvimento e implantação da Instrução Normativa nº 7 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que regulamenta a certificação. A consolidação desta normalização envolveu discussões sobre o mérito e o modelo de certificação. Pretende-se neste artigo apresentar estas discussões, e os interesses que elas representavam, bem como mostrar como elas moldaram a regulamentação do modelo de certificação brasileiro.